

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.074 - RS (2019/0204210-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
PACIENTE : PAULO RICARDO IGNACIO DA ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **PAULO RICARDO IGNACIO DA ROSA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no **Agravo em Execução n. 0099234-81.2019.8.21.7000**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto, concedeu autorização para saídas temporárias e, na mesma decisão, concedeu a saída especial, para cumprir em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico (fls. 60-63).

Irresignado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução, que foi provido pelo eg. Tribunal de origem, nos termos do v. acórdão de fls. 98-104, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO E CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM BASE NA SÚMULA VINCULANTE 1 56. INCONFORMISMO MINISTERIAL

Revedo meu posicionamento a respeito do tema, passo a me coadunar com o entendimento de que, não obstante a Súmula Vinculante n.º 56. do STF, tenha determinado que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do apenado em regime prisional mais gravoso do que o devido - o que, em tese, permitiria, de imediato, a colocação do preso em

Superior Tribunal de Justiça

prisão domiciliar (nas hipóteses em que não houver vaga no regime adequado) a mesma Súmula Vinculante em comento também determinou a obrigatoriedade de observar-se os parâmetros fixados no Recurso Extraordinário nº 641320.

Ocorre que a observância aos parâmetros dispostos no referido Julgado, na maioria dos casos, não vem ocorrendo, constatando-se, em verdade, que a prisão domiciliar mediante Inclusão em sistema de monitoramento eletrônico vem sendo aplicada de forma imediata pelos juízos da execução, sempre que constatada a ausência de vaga para cumprimento de pena no regime adequado.

Diante disso, a despeito de ser um direito do apenado cumprir a sua pena em estabelecimento prisional compatível com o regime de pena a ele fixado, não podendo o mesmo ser penalizado pela Insuficiência do sistema prisional brasileiro, também soa desarrazoado amenizar o problema da Insuficiência de vagas no sistema prisional com a pura e simples colocação dos apenados que acabam de progredir ao regime semiaberto em prisão domiciliar.

Mostra-se necessário, portanto, que de forma prévia à colocação dos apenados em prisão domiciliar, sejam observados os parâmetros previstos no Recurso Extraordinário nº 641320, o que não se constata no caso em tela.

AGRAVO PROVIDO."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defensoria Pública Estadual, ora impetrante, reitera a alegação de que o paciente encontra-se em local inadequado para o cumprimento de pena no regime semiaberto e que, apesar da determinação legal de que o cumprimento de penas em regimes semiaberto e aberto devem ser em estabelecimentos diferenciados, nos presídios do Estado do Rio Grande do Sul, não se atendem às determinações e não se dispõem de vagas no estabelecimento adequado aos respectivos regimes.

Assevera que a determinação do eg. Tribunal coator é para que o paciente seja recolhido em estabelecimento de sistema prisional mais gravoso, com *"celas superlotadas, insalubres, sujeita ao convívio com presos em regime mais rigoroso, comprometendo de maneira irreparável a sua reinserção social"* (fl. 9).

Afirma que o entendimento do STF não excepciona a concessão

Superior Tribunal de Justiça

da prisão domiciliar em função da natureza do crime cometido e do saldo de pena a cumprir, ressaltando ser conhecida a ausência de vagas.

Requer, ao final, inclusive liminarmente, a concessão da ordem, para cassar a decisão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos delineados no **writ**.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 115-116.

Informações prestadas às fls. 118-141.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 147-155, pela concessão parcial da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE VAGAS NO REGIME DE DIREITO (SEMIABERTO). JULGAMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL SOBRE A MATÉRIA (RE 1 641.320/RS). DETERMINAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO PELO CNJ DO CADASTRO NACIONAL DE PRESOS NOS MOLDES DEFINIDOS NO JULGADO, NO PRAZO DE 180 DIAS. SÚMULA VINCULANTE 1 56 DO STF. PARECER PELA CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM PARA SER RESTABELECIDA A PRISÃO DOMICILIAR DO PACIENTE, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, ATÉ O SURGIMENTO DE VAGA EM PRESÍDIO COMPATÍVEL COM O REGIME QUE LHE FOI DETERMINADO OU ATÉ QUE POSSA CHEGAR AO REGIME ABERTO, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NA SÚMULA VINCULANTE 1 56 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e

eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. **In casu**, o **habeas corpus** é substitutivo de recurso especial e, portanto, incabível.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Ressalte-se, inicialmente, que diante do reconhecimento uníssono de que configura constrangimento ilegal submeter o apenado a regime mais rigoroso do que aquele que lhe foi determinado ou para o qual obteve progressão, quando não houver vaga em local adequado, o col. Supremo Tribunal Federal editou a **Súmula Vinculante n. 56** com a seguinte redação: *"A falta de vagas em estabelecimento prisional não autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros do Recurso Extraordinário 641.320."*

O **RE n. 641.320/RS** estabeleceu os seguintes parâmetros: *"havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto."*

Em recente julgamento proferido pela Terceira Seção desta Corte, no **REsp n. 1.710.674/MG**, no rito dos recursos repetitivos (Tema 993), de relatoria do em. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, assim foi delimitada a controvérsia: *"(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS"*.

Assentou a Terceira Seção, por decisão unânime, a seguinte tese: *"A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional"*

Superior Tribunal de Justiça

determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto."

Confira-se a ementa do **REsp n. 1.710.674/MG**:

"RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXECUÇÃO PENAL. DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR, QUANDO INEXISTENTE VAGA NO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA ADEQUADO AO EXECUTADO OU ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL COM O PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. APLICAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 641.320/RS.

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e na Resolução STJ n. 8/2008.

2. Delimitação da controvérsia: "(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS".

3. TESE: A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou

estudo aos sentenciados em regime aberto.

4. Ao examinar a questão do cumprimento de pena em regime fechado, na hipótese de não existir vaga em estabelecimento adequado ao regime em que está efetivamente enquadrado o reeducando, por ocasião do julgamento do RE 641.320/RS, o Supremo Tribunal Federal assentou que "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso" e que "Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como "colônia agrícola, industrial" (regime semiaberto) ou "casa de albergado ou estabelecimento adequado" (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas "b" e "c")". Concluiu, ainda, que, na ausência de vagas ou estabelecimento prisional adequado na localidade, o julgador deve buscar aplicar as seguintes alternativas, em ordem de preferência:

(i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas;

(ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas;

(iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Observou, entretanto, que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado e que a adoção de uma solução alternativa não é um direito do condenado.

5. Somente se considera a utilização da prisão domiciliar pouco efetiva, como alternativa à ausência de vagas no regime adequado, quando ela restringe totalmente o direito do executado de deixar a residência, não permitindo, assim, o exercício de trabalho externo, ou quando, estando o reeducando no regime aberto, a prisão domiciliar puder ser substituída pelo cumprimento de penas alternativas e/ou estudo. Não há óbices à concessão de prisão domiciliar com monitoração eletrônica ao sentenciado em regime semiaberto, quando não há vagas no regime específico ou quando não há estabelecimento prisional adequado ou similar na localidade em que cumpre pena.

6. Não há ilegalidade na imposição da prisão domiciliar, mesmo a pura e simples em que o executado não tem direito de deixar a residência em momento algum, em hipóteses não elencadas no art. 117 da Lei de Execuções Penais, máxime quando não houver vagas suficientes para acomodar o preso no regime de cumprimento de pena adequado, tampouco estabelecimento prisional similar, e não for possível, no caso

Superior Tribunal de Justiça

concreto, a aplicação de uma das hipóteses propostas no RE n. 641.320/RS.

7. **CASO CONCRETO:** *Situação em que o reeducando cumpria pena em regime semiaberto e obtivera, do Tribunal de Justiça, o direito de cumpri-la em prisão domiciliar, nas condições a serem fixadas pelo Juízo da execução. Entretanto, após a afetação do presente recurso especial, obteve progressão de regime para o aberto e, atualmente, cumpre pena em prisão domiciliar na qual deve permanecer nos domingos (com permissão para comparecimento a eventual culto religioso matutino) e feriados, assim como nos dias úteis no horário compreendido entre as 19 horas até as 6 horas do dia seguinte, além de cumprir outras restrições.*

8. *Recurso especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais provido, em parte, apenas para determinar ao Juízo da Execução que examine a possibilidade e conveniência de, no caso concreto e observadas as características subjetivas do réu, bem como seu comportamento ao longo do cumprimento da pena, além de todos os requisitos legais, converter o restante da pena a ser cumprida pelo executado, no regime aberto, em pena restritiva de direitos ou estudo, em atenção ao entendimento exarado no RE 641.320/RS" (REsp n. 1.710.674/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 03/09/2018).*

No presente caso, verifica-se que o eg. Tribunal **a quo** entendeu que o d. Juízo da Vara das Execuções colocou o apenado em prisão domiciliar sem prévia obediência aos parâmetros previstos na decisão do RE n. 641.320/RS.

Salientou, ainda, quanto ao previsto no julgado RE n. 641.320/RS, pelo STF, que "*a observância aos parâmetros dispostos no referido julgado, na maioria dos casos, não vem ocorrendo, constatando-se, em verdade, que a prisão domiciliar mediante inclusão em sistema de monitoramento eletrônico vem sendo aplicada de forma imediata pelos juízos da execução, sempre que constatada a ausência de vaga para cumprimento de pena no regime adequado*" (fl. 101), como ocorreu no caso em comento, em que o d. Juízo sequer demonstrou a inexistência de vagas, fazendo apenas menção à suposta falta de vagas e à superlotação, em tese.

Desta forma, não há nos autos situação excepcional que justifique

Superior Tribunal de Justiça

a concessão da prisão domiciliar para o resgate da reprimenda, inexistindo qualquer ilegalidade no v. acórdão combatido, até porque não demonstrada a real inexistência de vaga no sistema prisional, assim como não cumpridos os requisitos previstos pelo STF, na decisão do RE n. 641.320/RS.

Por fim, importante destacar que a discussão acerca das condições de recolhimento dos apenados no sistema prisional local, tidas por inadequadas ao regime de cumprimento de pena em comento, demanda amplo revolvimento de matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a estreita via do **writ**.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator